

16 JUL 1988

Problema: o governo não poupa.

8861.705 91

JORNAL DA TARDE

POR FÁBIO PAHIM JR.

A meta do governo de conter o déficit público em 4% do PIB é ambiciosa, qualifica ao JT a economista Margaret Hanson Costa, chefe do Centro de Estudos Fiscais do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV-Rio, onde está há 35 anos. É do Ibre — que até 1985 foi o responsável pelas Contas Nacionais, elaboradas por delegação do governo — a estimativa de que a despoupança do governo atingiu 8% em 1985, reduzindo-se a 6,8% no ano atípico do Plano Cruzado. Contrapondo-se a essa tendência, entretanto, as famílias e as empresas privadas (incluindo estatais) estão poupançando mais. Em 1987, conforme cálculos da Fundação IBGE, que assumiu as Contas Nacionais em dezembro de 1986, a poupança do setor privado chegou a 22,66% do PIB corrente de Cz\$ 12,788 trilhões, equivalendo, assim, a Cz\$ 2,899 trilhões, uma taxa muito superior às de 1985 e 1986.

A despoupança do governo, ainda não calculada para o ano passado, é um dos principais fatores a constranger a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) na economia brasileira. É a FBCF que retrata a parcela do PIB que se transformou de poupança — ou lucros — em investimentos na produção física, que geram aumento da capacidade instalada e do emprego.

Simultaneamente vice-diretora da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Margaret Hanson Costa, economista e cientista social graduada em Londres e Haia, orienta atualmente o Centro de Estudos Fiscais para a realização de pesquisas internas e sob encomenda, com trabalhos recentes sobre o Imposto de Renda e o projeto Imposto sobre Patrimônio. Neste momento, elabora um estudo sobre a discriminação de rendas na nova Constituição.

Argumentando com extrema prudência, Hanson Costa defende a utilização do critério operacional para avaliação do déficit público. Isto equivale a analisar o déficit, como a FGV faz regularmente, no sistema *cash basis*, ou base-caixa, aplicado também pelo FMI e no qual só se contabiliza o que foi, de fato, recebido e pago no ano. Se o critério fosse o de apurar o déficit nominal, ou *accrual basis*, isto corresponderia a contabilizar a totalidade dos juros e da correção mesmo que o desembolso só vá ocorrer no futuro. "O déficit nominal é revelador do que virá", nota a economista, "mas não do que está ocorrendo".

JT — Qual é a principal tendência da economia brasileira, hoje?

Costa — A problemática do déficit público e da inflação é o principal. Não há uma correlação conceitual definida entre déficit e inflação, mas a maior parte dos técnicos aceita a idéia de que o principal responsável pela aceleração do processo inflacionário é o déficit público. Um fator bastante inquietante é a tendência crescente de o setor público apresentar poupança em conta corrente negativa. A própria captação de recursos visa financiar não só os investimentos mas também as despesas correntes do governo. Acho que não basta balancear a

conta corrente do governo e dizer que está tudo bem.

Poderia explicar melhor esse balanceamento...

— Que a conta corrente seja, na pior das hipóteses, igual a zero. O chamado Livro Branco do Déficit pregava que o essencial era o equilíbrio, justificando o endividamento público com recursos de terceiros. Há um grande segmento no mundo técnico que discute a validade dessa estimativa, que leva a mostrar uma poupança negativa em face da correção monetária. A correção paga no ano está sendo tratada como despesa corrente. Estão se medindo juros nominais. Acho que os juros da dívida pública e a correção devem ser incluídos.

Isto se compara ao conceito de déficit operacional do setor público negociado com o FMI? O que é certo, falar em 30% de déficit nominal ou 4% de déficit operacional?

— São coisas diferentes, embora o tratamento dos juros seja igual. Quando se toma uma LBC (Letra do Banco Central), por exemplo, toma-se o valor do resgate. Isto embute juros e correção.

Em 85, a poupança do governo foi negativa em 8%? E em 86?

— No ano do Plano Cruzado, a despoupança ficou em 6,8%. Foi um ano atípico.

Qual é o impacto do déficit sobre o investimento?

— As tentativas de reduzir o déficit têm afetado a Formação Bruta de Capital Fixo. As implicações sobre a economia são substanciais. É preciso ajustar a despesa e a receita tendo como meta o equilíbrio. Mas a curto prazo isto não é realista. Portanto, cabe reduzir o tamanho do déficit. É essencial que um aumento da carga tributária não incida sobre os contribuintes atuais. E um dos caminhos é intensificar a eficiência do aparelho arrecadador, para evitar a evasão. E eleger um só item da despesa para cortar não é razoável. Deve-se evitar a concentração.

Acha possível a meta de déficit de 4% do PIB este ano?

— É uma meta muito ambiciosa. Requer muito trabalho e persistência. E vontade política. As pressões são infinitas. O impacto sobre a poupança em conta corrente vai depender de como o ajuste está incidindo sobre a estrutura de despesas e como se comportará a receita. O forte da contenção, infelizmente, é sobre os investimentos.

Há vantagem na indexação do Orçamento?

— A indexação torna as alocações de recursos menos discricionárias e reduz a possibilidade de uso do Orçamento como instrumento de política fiscal. Tudo fica automático, e são mantidas as posições relativas. As coisas ficam mais transparentes, embora mais rígidas.

O Orçamento indexado ajuda a conter o déficit em 4%?

— O processo de indexação faz com que seja factível a meta proposta. Para começo de conversa, está certo. Salvo se o PIB não se comportar conforme o previsto.